

Interculturalidade, cotidiano e representação: reflexões a partir da experiência canadense¹

Maria Luiza Martins de Mendonça²

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a compreensão da amplitude e da possível eficácia das políticas públicas destinadas a promover a interculturalidade, a partir do estudo das políticas canadenses cuja meta é garantir a visibilidade e a inclusão social de grupos étnicos radicados naquele país, e da análise do papel desempenhado pelos meios de comunicação, neste caso, o cinema. Em termos teóricos, as produções culturais são concebidas, aqui, como processos complexos, os quais não podem ser dissociados das relações de poder de uma dada sociedade e cuja incidência sobre o público vai além da recepção imediata, para atuar como um dos referenciais simbólicos mais importantes das sociedades contemporâneas. Para isso, foram analisados os filmes *Generation 101*, de Claude Godbout; *Adoration*, de Athom Egoyan; e *Heaven on Earth*, de Deepa Mehta.

Palavras-chave: cinema, interculturalidade, representação cultural, políticas públicas.

Interculturality, daily life and representation: Considerations based on Canadian experience. This paper's aim is to contribute on the overall understanding of the possible effectiveness of public policies related to the visibility and social inclusion of different ethnic groups, based on Canadian experience. The analysis is centered on the role played by the media, particularly cinema. Theoretically, cultural productions are conceived as complex processes that can't be separated from the power relationships of a given society, and their impact on the public goes beyond immediate reception and act as very important symbolic references of contemporary societies. In order to fulfill the proposed goal the following movie pictures are analyzed: Claude Godbout's *Generation 101*; Athom Egoyan's *Adoration*; and Deepa Mehta's *Heaven on Earth*.

Key words: cinema, interculturality, cultural representation, public policies.

Cet article veut contribuer pour la compréhension de l'efficacité des politiques publiques autour de l'interculturalité en prenant comme exemple les actions destinées à promouvoir l'inclusion sociale des différents groupes ethniques et leur représentation dans les médias, dans ce cas, le cinéma. En termes théoriques on aperçoit la production des médias comme un processus complexe que ne peut pas être séparé des rapports de pouvoir qui existent dans les sociétés et, aussi, que leur impact sur le public va au delà de la réception par le public; elle offre des plus importantes références symboliques pour les individus et groupes.

Mots-clés: Cinéma, interculturalisme, représentation culturelle, politiques publiques.

¹ Investigação realizada em Montreal, entre setembro e outubro de 2008, graças à bolsa de pesquisa concedida pela Embaixada do Canadá.

² Universidade Federal de Goiás. Campus II - Samambaia, Estrada de Nerópolis, 74001-970, Goiânia, GO, Brasil.
E-mail: ma.luisa@terra.com.br

Introdução

A convivência entre diferentes grupos sociais e as hierarquias que se estabelecem nas sociedades não é uma novidade, mas atualmente o aumento dos fluxos migratórios coloca em pauta a nem sempre cordial convivência cotidiana entre indivíduos e grupos distintos. A base para contornar essas diferenças e animosidades tem sido as concepções e políticas de multi e de interculturalismo, destinadas a tornar a vida em comum menos hostil e desencorajar os preconceitos. As reflexões que se elaboraram aqui são decorrentes da análise das políticas públicas adotadas pelo Canadá (multiculturais), em particular, pela província do Quebec, com vistas à implementação do interculturalismo como caminho para uma maior democracia e harmonia social.

Não são poucas as críticas aos conceitos e às políticas destinadas a promover o multiculturalismo, em especial àquelas que o consideram como uma forma de tolerância, desde que cada um (indivíduo ou coletivo) permaneça no lugar socialmente atribuído a ele e mantenha uma respeitosa distância dos grupos hegemônicos (Zizek, 2007). Segundo o autor, isso não é senão uma afirmação da superioridade das camadas hegemônicas.

Entretanto, na província do Quebec, a discussão e as políticas públicas giram em torno de conceitos/práticas interculturais, uma vez que o próprio Quebec se considera em resistência a um cerco econômico e cultural anglófono que o faz sentir-se cultural e economicamente ameaçado e contra o qual tenta se proteger e, ao mesmo tempo, garantir a sobrevivência das diferentes culturas advindas de processos migratórios.

Nesse caso, trata-se de tentar compreender se e como as políticas públicas são capazes de assegurar a interculturalidade, como discurso e como práticas que enfatizam a interação entre as culturas e que, por isso mesmo, dizem respeito tanto à realidade das interações cotidianas quanto às representações midiáticas das diferenças. Seria possível afirmar que o esforço político resulta em um verdadeiro estado intercultural? Haveria convergência entre as políticas públicas adotadas e as representações de imigrantes na mídia canadense, em particular no cinema?

Para tentar responder a essas questões, foram feitas duas análises complementares entre si: a institucional, sobre o papel das instituições oficiais na implementação de políticas interculturais, e a representação midiática de grupos “minoritários”, tentando identificar as formas como são representados os imigrantes no cinema.

A partir de uma concepção que considera que as formas de representação elaboradas e difundidas pela mídia como retratos (a fidelidade desses retratos é um tema importante que será abordado em outro estudo) ou como modelos ideais, foram realizados estudos com três filmes da produção recente daquele país, todos exibidos em festivais locais de cinema: *Génération 101*, de Claude Godbout, exibido no *Festival des Films du Monde* de Montreal, em 2008; *Adoration*, de Athom Egoyan; e *Heaven on Earth*, de Deepa Mehta, estes dois últimos exibidos no *Festival du Nouveau Cinema*³, realizado também em Montreal, em setembro/outubro de 2008.

Diversidade e políticas culturais

Não se tem notícia de país sem diversidade cultural, e isso é positivo, por ser culturalmente enriquecedor. O que pode se tornar problemático é fazer dessas diversidades pretextos para o surgimento e a manutenção de hierarquias sociais, de desigualdades e discriminações de vários tipos, veladas ou não. No Canadá, os diferentes grupos minoritários possuem uma visibilidade peculiar: aparentemente, as questões relacionadas às demandas feministas, de idosos, de gênero e muitas outras parecem já estar resolvidas, uma vez que o foco das discussões, tanto na mídia quanto nos meios acadêmicos, recai com especial cuidado sobre os grupos étnicos. Talvez se possa compreender esse destaque às questões étnicas ao se considerar que o conjunto da população de origem francesa, majoritária no Quebec, é minoritário em relação ao próprio país. Esse fato coloca em relevo a questão de se pertencer a uma minoria étnica e/ou cultural. Além disso, a sociedade canadense e a quebequense, em particular, defrontam-se cotidianamente com a manifestação, expressão e convivência com as di-

³ Estudos realizados anteriormente pela autora (Mendonça, 2008) indicam que a participação em festivais assegura uma maior visibilidade ao filme, uma vez que esses eventos geram uma exposição midiática maior do que a divulgação regular, com as exceções cabíveis aos grandes lançamentos hollywoodianos, que utilizam diversas estratégias de marketing para atingir grandes plateias. Portanto, acredita-se que o critério de participação em festivais justifica a escolha.

ferenças, devido a um movimento migratório intenso e de origem geográfica extremamente variada. Em função disso, existem vários mecanismos de intervenção estatal, especialmente na área da cultura, destinados a instaurar políticas públicas que promovam a interculturalidade ou que, pelo menos, estimulem um intercâmbio e uma convivência intercultural harmoniosa.

O multiculturalismo, como política de estado, está inscrito na Constituição canadense desde 1971. Isso significa, minimamente, o reconhecimento oficial de que o Canadá é um país formado por indivíduos de diferentes origens geográficas, culturais, linguísticas, étnicas. Graças a uma política de imigração seletiva, o estado canadense recebe, anualmente, cerca de duzentos mil imigrantes de várias partes do mundo, o que faz com que as “minorias visíveis” sejam bastante perceptíveis naquela sociedade. Para assegurar a convivência harmônica proposta como ideal de estado, um amplo conjunto de leis e de políticas é constantemente implementado e aperfeiçoado para permitir e assegurar as políticas estatais que garantem, formalmente, a não discriminação em razão da diversidade.⁴

Segundo o documento *Qu'est-ce que le multiculturalisme?*, disponível na página eletrônica do governo do Canadá (Patrimoine canadien, 2008), multiculturalismo significa experimentar um

*[...] sentimento de pertença. A aceitação dá aos canadenses um sentimento de segurança e confiança próprias que os tornam mais abertos às diversas culturas e mais tolerantes em relação a elas. A experiência canadense provou que o multiculturalismo encoraja a harmonia racial e étnica, assim como a compreensão intercultural, e desencoraja a marginalização, o ódio, a discriminação e a violência [...]. A diversidade vai além da língua, da pertença étnica, da raça e da religião para englobar características gerais, tais como sexo, orientação sexual, capacidades físicas e intelectuais e a idade.*⁵

Não há, entretanto, um sentido único de multiculturalismo, mas experiências particulares. Se oficialmente se trata do reconhecimento legal de uma sociedade multiétnica, no cotidiano dos grupos minoritários o multiculturalismo significa, quase sempre, uma forma de segmentação social em que cada grupo ocupa o seu espaço sem colidir com os outros, mas mantendo-se as hierarquias de diversas ordens.

Esse multiculturalismo, que, na província do Quebec, se transforma em interculturalismo, tem o respaldo de um aparato jurídico-legal sobre instituições públicas e privadas. Existe, nessa província, uma política denominada “acomodamento razoável” que tem por objetivo mediar as diferenças culturais quando elas podem gerar conflitos culturais (ou religiosos, ou de qualquer outro tipo relacionado à diversidade). O termo “acomodamento razoável” é originário da esfera jurídica associada ao trabalho e designa uma forma de arranjo ou de maleabilidade de regras e leis para respeitar o direito maior a um tratamento equitativo e combater a discriminação indireta que a aplicação estrita de uma regra poderia causar. A partir dessa experiência, a comissão estendeu para outras esferas da sociedade a prática de tais acomodamentos: escolas, hospitais, serviços públicos etc.

É interessante salientar que a província do Quebec se assume oficialmente como intercultural, isto é, adota políticas que vão além da tolerância e da aceitação da diferença proposta pelo multiculturalismo. Interculturalidade representa, nesse caso, um “sentimento” de solidariedade entre os habitantes da província, de maneira a facilitar a mobilização de todos em momentos de crise. Convém lembrar, mais uma vez, que o Quebec se vê como uma minoria cultural e linguística em relação ao resto do país, que é anglófono. Essa dimensão integradora torna-se, então, importante para o estabelecimento de políticas interculturais destinadas a criar e consolidar identificações e laços de pertencimento, na medida em que os quebequenses de origem franco-canadense se consideram também como uma minoria etno-cultural⁶. Para que haja esse sentimento de “solidariedade” do imigrante

⁴ Para Zizek (2007), um ácido crítico do multiculturalismo, este seria “a forma ideal do capitalismo global” ao conceber todas e cada uma das culturas locais como coisas do Outro, que se há de conhecer e respeitar, desde que cada um permaneça em seu espaço próprio, sem invadir as fronteiras sociais. É, em suma, a afirmação da própria superioridade do sujeito universal, para que todos os demais sejam Outros.

⁵ “[...] sentiment d'appartenance. L'acceptation donne aux Canadiens un sentiment de sécurité et de confiance en soi qui les rend plus ouverts aux diverses cultures et plus tolérants envers celles-ci. La expérience canadienne a prouvé que le multiculturalisme encourage l'harmonie raciale et ethnique ainsi que la compréhension interculturelle. Et décourage la marginalisation, la haine, la discrimination et la violence [...] La diversité va au-delà de la langue, de l'appartenance ethnique, de la race et de la religion pour englober des caractéristiques générales telles que le sexe, l'orientation sexuelle, les capacités physiques et intellectuelles et l'âge” (tradução nossa).

⁶ Não é fácil adotar o ponto de vista que coloca os quebequenses franco-canadenses como minorias, pois o conceito de minoria não se atém exclusivamente à composição numérica de certos grupos, mas às diferenças de que são objetos, em algum momento histórico, de uma vulnerabilidade jurídico-política, social ou cultural. O raciocínio que liga minoria à sua expressão quantitativa não englobaria as mulheres, os negros no Brasil ou os índios em certos países da América Latina. No Quebec, a hegemonia pertence aos franco-canadenses.

em relação à cultura e às políticas de interesse do Quebec, o governo provincial tem adotado medidas que visam inseri-lo na cultura francesa.

Recentemente, foi publicado e divulgado na Internet o relatório *Bouchard-Taylor*⁷, resultado do trabalho de uma comissão que estudou o potencial de conflito existente entre os imigrantes e os canadenses de origem francesa ou inglesa. Participaram nesse trabalho cidadãos quebequenses, e algumas vozes imigrantes também puderam ser ouvidas, em especial as das comunidades mais organizadas e capazes de apresentar seus pontos de vista.

O relatório é um extenso documento que descreve alguns conflitos e situações que podem desencadeá-los – diferenças religiosas, culturais, de gênero, costumes sociais, entre outros – e propõe formas de evitá-los ou de solucioná-los, visando promover uma convivência harmoniosa e pacífica entre os habitantes do Quebec. Para isso, avaliaram as experiências – ou as ausências – de práticas de “acomodamento razoável”, isto é, o ajuste das regras ou das leis para que sejam previstas exceções ou adaptações em situações particulares que envolvam indivíduos de origens diversas, de maneira a atenuar seus possíveis efeitos discriminatórios. “Além de proibir a discriminação, os tribunais pedem aos administradores e aos empregadores que procurem adotar medidas concretas que favoreçam a igualdade” (Bouchard e Taylor, 2008, p. 25).

Em termos resumidos, o relatório define interculturalidade como a observância de alguns princípios, tais como: a aceitação das transformações recíprocas e inevitáveis que as interações entre cidadãos de diversas origens podem trazer para as formações culturais; a valorização de ações intercomunitárias; a luta contra os preconceitos e os estereótipos; a superação do temor ao outro e a amenização do preconceito anti-imigrante existente no Quebec (e no resto do país). Essas medidas, associadas ao afrancesamento linguístico dos imigrantes – oficializado por meio de uma lei⁸ que define o francês

como a língua oficial do Quebec, e que os imigrantes têm de aprender em lugar do inglês, cada vez mais popular –, representam mais um relevante signo de identificação.

Pode-se argumentar, entretanto, que a própria necessidade de um estudo tão amplo, com a proposição de medidas jurídicas para a conciliação de interesses, indica a existência de ao menos três fatos importantes: (i) a constatação de que há, sim, preconceito, discriminação e racismo na sociedade quebequense, sejam eles velados ou não; (ii) a imposição de uma política intercultural, por parte do estado, aos cidadãos, é inócua, se não existir predisposição e abertura à convivência com as diferenças; (iii) a esfera da cultura (incluem-se aí os costumes e as práticas religiosas, alimentares etc.) é a instância em que se trava grande parte das disputas sociais, pois é nela que circulam as representações – e os estereótipos – de indivíduos e grupos sociais que influenciarão as percepções construídas no imaginário desses grupos. É também nessa esfera da produção e da circulação de produtos simbólicos, imagens, representações e de embates ideológicos que se concentraram as observações sobre as quais interessa refletir neste trabalho.

Apesar de o relatório *Bouchard-Taylor* ser recente, as políticas que visam facilitar a inserção do imigrante na sociedade quebequense não são novas, e há muito tempo algumas instituições de promoção cultural canadenses vêm desempenhando um papel crucial na diversificação das produções culturais representativas de grupos minoritários, bem como de seus circuitos de divulgação e circulação. Existem as TVs “étnicas”, as rádios e os jornais comunitários, a Rádio Canadá, com produções específicas sobre questões raciais, e o eficiente e bem conceituado *Office National du Film*⁹, que financia a produção de filmes de ficção e documentários “independentes”, isto é, sem comprometimentos com o mercado e que privilegiem um olhar socialmente comprometido com os direitos humanos.

⁷ *Fonder l'avenir: le temps de la conciliation. Rapport Gérard Bouchard et Charles Taylor. Commission de consultation sur les pratiques d'accommodement reliées aux différences culturelles (Québec: Gouvernement du Québec, 2008)*. A comissão trabalhou um ano e foram realizadas 13 pesquisas por grupos de pesquisadores provenientes das universidades quebequenses. É importante assinalar que não foi sem polêmica o recebimento público do relatório.

⁸ *Charte de la langue française (Lei 101)*. Coloca o francês como a língua oficial do estado, assim como do trabalho, do ensino, dos meios de comunicação etc.

⁹ Criado em 1939, o *Office National du Film du Canada* é uma instituição que visa promover – fora do alcance dos padrões estéticos hollywoodianos – a produção cinematográfica canadense. Atualmente são financiados 100 filmes por ano – 60 em língua inglesa e 40 em língua francesa, a maioria composta por documentários ou animações (estas, muito bem estimuladas e desenvolvidas no Canadá).

Produção cinematográfica e representação de imigrantes

É na esfera da produção cultural que circulam os diferentes discursos que vão construir subjetividades e orientar os indivíduos na tomada de consciência de suas reais condições de vida. E é também nesse campo que se desenrola parte de uma luta política, fruto de um processo cultural e histórico para a fixação dos sentidos em uma dada sociedade e na qual a produção midiática adquire importância cada vez maior. Essa experiência subjetiva ocorre de forma particular – individual ou coletivamente – em cada tempo e lugar e está vinculada às condições de produção da existência, tanto no aspecto material quanto imaterial, não podendo ser concebida fora da produção cultural. A subjetividade não é, portanto, centrada no indivíduo; é um processo social em que estão presentes, além das falas oficiais, hegemônicas, os espaços independentes de articulação e de circulação de discursos dissidentes ou alternativos.

Essas características fazem com que as análises das produções culturais não possam ser dissociadas das relações de poder existentes nas sociedades, poder que não se verifica apenas no sentido político estrito do termo, mas que se estende às relações de classes, gênero, étnicas e outras. Nesse sentido, o referencial proposto vale-se da definição de poder simbólico concebido por Bourdieu (1999, p. 15), que o entende “como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”.

A convivência entre distintos grupos sociais não escapa dessas mesmas hierarquias e relações de poder.

A representação de imigrantes no cinema canadense

A partir das questões levantadas e à luz das políticas estatais para a implementação legal do multiculturalismo canadense e do interculturalismo quebequense e do papel da cultura nos processos de identificação, de diferenciação, enfim, de construção de imagens, são avaliadas as formas

de representar grupos étnicos minoritários, a partir da análise de três filmes. Considerando a multiplicidade de olhares que se podem lançar a uma obra cinematográfica, no intuito de compreendê-la e de identificar alguns de seus elementos mais relevantes para a construção de sentidos, optou-se, aqui, por concentrar o foco da análise em alguns elementos, sendo o principal deles os personagens, a fim de responder a estas questões: quem são os personagens principais? Qual sua relação com a cultura hegemônica? Qual o seu lugar social e sua posição de fala? Considera-se que a posição social dos personagens e seus lugares de fala podem indicar tanto a forma como são mostrados ao público quanto a forma como o público está habituado a percebê-los. Ainda que existam exceções, não fazem parte do objetivo deste trabalho.

(i) *Génération 101* (2008), um documentário dirigido por Claude Godbout, apresentado no *Festival des Films du Monde*, em Montreal, 2008, versa sobre os 30 anos de existência da Lei 101 (*Charte de la langue française*, que designa o francês como a língua oficial do Quebec e linguagem comum do trabalho, da educação, dos meios de comunicação, e prevê que seu aprendizado pelos imigrantes possibilita-lhes a integração social). O filme não toma partido contra ou a favor das maneiras como os imigrantes são acolhidos e evita trazer respostas prontas para as questões levantadas, mas efetivamente possibilita-lhes que expressem suas relações e inquietações com a sociedade quebequense. No documentário, são entrevistados quatro jovens imigrantes (Akos, Ruba, Farouk e Daniel) que foram às classes de francês preconizadas pela Lei 101 e relatam suas trajetórias de vida desde então. A grande pergunta é: depois de trinta anos da Lei 101, é possível afirmar que o aprendizado da língua francesa contribui para o imigrante encontrar um lugar na sociedade quebequense? Segundo esses quatro jovens, não. Falar perfeitamente o francês não assegura a inserção, nem mesmo os contatos mais próximos com a sociedade quebequense. Eles denunciam o racismo, o desemprego que atinge, primeiramente, certas comunidades de imigrantes (são sempre os últimos a serem empregados e os primeiros a serem demitidos) e se interrogam sobre a realidade da integração. Uma das cenas mais instigantes do filme ocorre quando, em uma das salas de francês para imigrantes, pergunta-se aos estudantes se eles se sentem completamente integrados à sociedade e pede-se àqueles que responderam que sim que passem para um lado e aos que acharam que não que permaneçam onde estão. Durante a argumentação dos estudantes para justificar sua opção, um deles pergunta: “Alguém de vocês tem um

amigo quebequense (francês)?”. Diante do silêncio que se impõe, a negativa surge como a confirmação de que, se o aprendizado da língua francesa é uma condição para a integração, é uma condição insuficiente, pois não assegura a equiparação no setor econômico, nem a aceitação no plano das relações sociais e pessoais. Isso leva à reflexão de que a existência de mecanismos legais destinados a facilitar a inclusão, Tais mecanismos são insuficientes quando a sociedade – ou as camadas hegemônicas desta – não possui ainda um nível de consciência possível que não perceba a diferença étnica e cultural como pretexto para justificar ou ignorar, no cotidiano, as desigualdades.

(ii) *Adoration* (2008), dirigido por Atom Egoyan, canadense nascido na cidade do Cairo e de origem armênia, é uma ficção que explora os usos das novas tecnologias e das comunidades virtuais da Internet, por meio da atuação de um jovem que compartilha com seus “ciberamigos” as circunstâncias e consequências de uma tragédia que pode mesmo nem ter acontecido. Interessa aqui chamar a atenção para a tragédia: a morte dos pais dos jovens e a acusação de seu avô da participação deles em movimentos terroristas, pelo fato de o seu pai ser de origem palestina, assim como a professora que o estimula a dramatizar fatos – reais ou imaginários – de sua vida no sentido de encontrar a verdade sobre a trajetória de seus pais. Que verdade? As possíveis mentiras que já se cristalizaram como verdades? Uma verdade que, para o jovem, passa pelo conhecimento de si mesmo, do lugar que ocupa no mundo, da legitimidade de suas origens, de seu passado familiar. Para além de toda discussão sobre a constituição da identidade desse adolescente, sobre as relações interpessoais mediadas pelas tecnologias da comunicação, interessa a referência à construção de uma identidade atravessada pelos discursos antiterroristas, pelas ideias de “choques culturais” entre Oriente e Ocidente, nos quais o indivíduo não ocidental representa o estranho, o perigo, o terror. As considerações sobre as origens, a determinação do jovem em descobrir quem era realmente seu pai – inocente ou culpado? – expõem as fraturas sociais existentes, em particular quando se trata de discursos em que o terrorismo e o conflito Oriente/Ocidente permeiam as buscas de uma verdade pessoal (e social) que ninguém sabe exatamente onde está. Durante boa parte do filme, essa busca ocorre por meio de interlocuções que se dão no ciberespaço, que se revelam como sintomas de certo mal-estar presente nas sociedades “desenvolvidas” e que

mostram aspectos da tolerância (ou da intolerância) multiculturalista e dos problemas de convivência com a alteridade que as sociedades ocidentais têm de enfrentar e não sabem muito bem como. Ou não querem. Enfim, o filme coloca em cena questões que estão longe de ser resolvidas, como o lugar (não lugar, no caso, pois o pai está ausente, morto, não possui lugar de fala próprio) e as características não ocidentais (melhor seria dizer não WASP¹⁰) que sempre tiveram e agora são ressaltadas e justificadas depois do ataque às torres gêmeas de Nova Iorque. Esse filme ganhou o prêmio do Júri Ecumênico no Festival de Cannes (2008).

(iii) *Heaven on Earth* (O céu na terra, 2008), dirigido pela indiana radicada no Canadá Deepa Mehta, traz a protagonista When Chand, que deixa a família que amava e a Índia, seu país de origem, para se dedicar a um casamento arranjado com um jovem de uma tradicional família também indiana, de Brampton, Ontário. Supondo que a vida no Norte rico e desenvolvido seja melhor, ao menos em termos materiais, do que no país de origem, O céu esperado torna-se inferno pelos abusos, pelos ciúmes, pelas mesquinhas, pelas pequenas e grandes sabotagens familiares e pelo poder inquestionável do marido, que a submete as suas alterações de humor. A bem-intencionada esposa só quer ser amada, aceita pelo marido e sua família, mas cedo aprende que o lugar que lhe cabe na vida, na nova família e na sociedade, é o lugar permitido ou determinado pelo marido. Qualquer tentativa de insubmissão é duramente punida. O foco principal da diretora são os processos de abuso contra mulheres, que as levam para os limites da razão e as fazem recorrer à imaginação e ao devaneio como forma de fugir da realidade. Em busca de seu amor, When Chand tenta valer-se tanto de “poções” amorosas (simpatias) e finalmente refugiar-se na “lenda do Cobra”, personagem mítico da cultura indiana que, em seu devaneio, toma a forma física de seu marido, agora amoroso, e com quem mantém uma relação surreal. Cada vez mais, a protagonista submerge em uma fantasia contrastante com o real vivido que ameniza os confrontos inevitáveis entre ela e o marido. Ainda que centrado no contexto familiar, com a agravante de ser um lar compartilhado com outros – que trabalham à noite e vêm durante o dia para descansar, numa espécie de revezamento doméstico –, o filme transborda para o social. Mostra o isolamento das mulheres, as famílias em guetos, as relações de trabalho em que as imigrantes indianas têm o contrato de trabalho mediado pelos maridos. Enfim, não há relação

¹⁰ WASP é a sigla para *white, anglo-saxon, protestant*.

entre a vida desses imigrantes e a vida dos canadenses. O contato se resume à televisão. O filme de Mehta oferece a oportunidade de refletir sobre as expectativas de mulheres que buscam o caminho da imigração para uma vida que permita ampliar as possibilidades pessoais, ocupar um lugar no mundo que as faça se sentirem pessoas inteiras. Entretanto, a forma como essas famílias se organizam socialmente e o uso frequente das novas tecnologias de comunicação (internet, em especial) faz com que mantenham seus laços e seus costumes de origem, aprendam com dificuldade e pobremente o novo idioma, instalem-se em guetos e vivam uma vida de restrições a milhas de distância de qualquer indicativo de inserção social. Ao mesmo tempo, a diretora não deixa de apontar, aqui e ali, traços de preconceitos contra grupos étnicos no Canadá. O filme pode ser lido, ao mesmo tempo, como um retrato das relações de classe, étnicas e de gênero e, ironicamente, pode ser entendido também como um contraponto aos programas e às propagandas sobre o multiculturalismo no Canadá.

Algumas reflexões

As análises dessas produções culturais se prestam, neste artigo, a atuarem como emblemas das formas como as sociedades se organizam e administram a questão das diferenças e desigualdades no seu interior. Assim, não podem ser dissociadas ou indiferentes às relações de poder existentes nas sociedades, poder que não se verifica apenas no sentido político estrito do termo, mas que se estende às relações de classes, gêneros, étnicas e outras. Ou seja, esse poder simbólico é aqui considerado na perspectiva de Bourdieu, para quem é na esfera da produção simbólica que se atribuem lugares sociais aos diferentes atores sociais e se criam imagens a seu respeito.

Nessa perspectiva, podem-se considerar as cinematografias nacionais como sendo, também, representantes das reflexões sobre as culturas e elementos fundamentais para a compreensão das sociedades e de seus valores. Segundo Bakhtin (1979), é o exterior (a cultura, a sociedade, o mundo) que organiza o interior (os discursos) e, nessa perspectiva, as narrativas audiovisuais podem muito bem ser consideradas como um retrato da sociedade que as produz. A produção audiovisual é também indicativa das

referências e dos modelos apresentados aos distintos segmentos da população como elementos para identificação ou diferenciação. Além do mais, qualquer produção cultural pode gerar debates e operar como um importante processo de dinamização cultural e contribuir para políticas mais democráticas no plano da organização social, das comunicações e da disseminação de ideias e representações.

Entretanto, é forçoso reconhecer que as produções audiovisuais operam a partir de políticas de visibilidade que têm a capacidade de atribuir aos diferentes atores sociais, individuais ou coletivos, valores simbólicos e relevância social que lhes outorgam reconhecimento e legitimidade. Ou seja, as políticas de visibilidade são, simultaneamente, políticas de invisibilidade, na medida em que os modos de produção, distribuição e circulação de produtos audiovisuais dirigem e educam os olhares para que as escolhas pessoais recaiam sobre certos tipos de produto, planejados para facilitar identificações e referências desejáveis do ponto de vista da manutenção de ordem e das hierarquias sociais, excluindo os demais. As políticas de representação, as formas como determinados segmentos sociais são mostrados na mídia, são indicadores relevantes para a compreensão do modo como a sociedade retrata, reconhece ou ignora seus diferentes membros e coletividades, em um jogo de poder e de relação visibilidade/invisibilidade em que os grupos minoritários¹¹ são, com frequência, sub-representados ou estereotipados. No Canadá, várias pesquisas indicam que os grupos étnicos estão sub-representados e sofrem com a disseminação de estereótipos ou com representações inadequadas ou essencialistas.

A análise desses três filmes mostra que há um cinema canadense ocupado com as realidades vividas cotidianamente pelos distintos grupos étnicos. Mostra também a insuficiência das políticas oficiais de implementação de um multiculturalismo (Canadá) ou interculturalismo (Quebec). Simultaneamente, aponta a cultura, os costumes, os valores e as formas de atribuir significado às diferentes práticas como os lugares prioritários em que essas lutas se travam. Se é no campo da produção e da reprodução cultural que essas ideias sobre as hierarquias sociais se sedimentam, nesses três filmes puderam ser observadas ao menos quatro: religiosa, étnica, econômica e de gênero. Algumas se relacionam ao pensamento colonial, com todo o extenso leque de práticas e conceitos a respeito dos povos subalternos, aos outros em relação ao indivíduo ocidental, branco, masculino, e do hemisfério

¹¹ É importante ressaltar que a referência a grupos minoritários não se restringe a minorias numéricas, pois abrange também grandes contingentes populacionais que são tratados de maneira discriminatória.

Norte. Outras reproduzem essas desigualdades, gerando um acúmulo de subordinações em que o pior dos mundos está reservado à mulher pobre e subdesenvolvida.

A adoção de políticas que visam à integração de grupos de imigrantes esbarra na existência de comunidades capazes de viver em sistemas mais ou menos fechados e que, graças às novas tecnologias, ainda mantêm fortes laços com as comunidades de origem. Paralelamente, parece que as políticas oficiais têm se mostrado insuficientes para impedir o fechamento de famílias inteiras em guetos culturais e econômicos, prática que, ao mesmo tempo em que cria mecanismos de sobrevivência, protege as “tradições” do contágio com a ocidentalização dos costumes, em particular no que se refere à condição feminina. Criam-se espaços subculturais que se relacionam de maneira mais ou menos harmônica com a cultura dominante, uma vez que se mantêm afastados de uma convivência cotidiana mais próxima. De forma equivalente, pode-se tentar inibir formas ostensivas e explícitas de racismo e de discriminação, como no caso das políticas econômicas excludentes que penalizam especialmente os grupos “racizados”, mas não se pode tornar obrigatória uma convivência pessoal afetiva.

Quanto às possibilidades de efetivação de um interculturalismo, a intenção parece ainda distante da realidade, uma vez que a prática da interculturalidade pressupõe uma troca em que a cultura das sociedades de acolhimento pode e será inevitavelmente transformada pelo intercâmbio equilibrado entre as diferentes culturas, mas parece que não há uma disposição generalizada nesse sentido. Talvez o que se articule seja, de fato, um inconfesso desejo de aculturação, ou de adoção, pelos grupos étnicos imigrantes, da cultura hegemônica. A interculturalidade real desafia as políticas públicas, na medida em que implica em processos de construção de conhecimentos outros, que emergem da própria experimentação da diferença, em permanente desafio às normas dominantes. Não pode,

portanto, ser introduzida pelas políticas dominantes. O investimento na diferença cultural, porém, corre o risco de substituir raça por cultura nos discursos da exclusão, a prevalecerem as perspectivas que identificam cultura com fundamentos profundos e imutáveis e, conseqüentemente, com fundamentalismos de todos os tipos. Essa é uma proposta para novos estudos.

Referências

- BAKHTIN, M. 1979. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 188 p.
- BOUCHARD, G. ; TAYLOR, C. 2008. *Fonder l'avenir: Le temps de la conciliation. Rapport*. Québec, Gouvernement du Québec, 126 p.
- BOURDIEU, P. 1999. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 160 p.
- MENDONÇA, M.L.M. 2008. *Os festivais de cinema como possibilidades de dinamização cultural*. Brasília, Colóquio Brasil-Espanha, 16 p.
- OFFICE NATIONAL DU FILM DU CANADA. [s.d.]. Disponível em: <http://www.onf.ca/>. Acesso em: 10/10/2009.
- PATRIMOINE CANADIEN. 2008. Disponível em: www.patrimoinecanadien.gc.ca/progs/multi/inclusive. Acesso em: 10/10/2008.
- ZIZEK, S. 2007. *En defensa de la intolerancia*. Madrid, Sequitur, 126 p.

Submetido em: 18/12/2009

Aceito em: 05/03/2010